



Nosso Mundo

Um jacobino na guilhotina

PERU Martín Vizcarra, beneficiado pela onda lavajatista do país vizinho, é destituído do cargo pelo Congresso

POR SERGIO LIRIO

Desde a inauguração da primeira filial do McDonald's nos anos 1980 não se via uma franquia tão bem-sucedida na América do Sul quanto a Operação Lava Jato. Os métodos de Sérgio Moro e da força-tarefa de Curitiba foram copiados sem retoques no Equador, Argentina, Chile, Bolívia, Colômbia e Venezuela. Mas em nenhum outro país da região, além do Brasil, eles fizeram tanto sucesso e foram tão eficientes para alterar o cenário político como no Peru. As denúncias de pagamento de propina por parte da Odebrecht atingiram, sem exceção, todos os presidentes eleitos após o fim da ditadura. Não sobrou pedra sobre pedra. Alan García, que governou entre 1985 e 1990, preferiu tirar a própria vida em abril do ano passado a parar na cadeia. Keiko, filha de Alberto Fujimori, sucessor de García sentenciado a 25 anos por crimes contra a humanidade, está atrás das grades acusada de operar um esquema em nome da família. Por supostas relações indevidas com a construtora brasileira, Ollanta Humala foi proibido de cruzar a fronteira, enquanto Alejandro Toledo, que vive nos Estados Unidos, enfrenta um processo de extradição. O mais recente mandatário eleito, Pedro Pablo Kuczynski, renunciou ao cargo para evitar o

impeachment. O gesto o livrou da cassação, não das garras da Justiça. Sentenciado a 36 meses por lavagem de dinheiro, Kuczynski, ou PPK, obteve em 2019 o direito de cumprir o resto da pena em casa.

Dos escombros do sistema político e em meio à desilusão geral, Martín Vizcarra emergiu com a promessa de "mudar tudo isso que está aí". Vice de PPK, o ex-embaxador e ex-governador de Moquegua incorporou o espírito do *outsider* ao assumir a presidência em março de 2018, após a renúncia do colega de chapa. Sem base de apoio no Congresso, Vizcarra optou pelo

contato direto com os eleitores amparado em um discurso inflamado de combate à corrupção. Embora político tradicional de longa carreira, ele explorou a rejeição popular ao sistema e conquistou a confiança dos eleitores. A oposição esfacelada, à direita e à esquerda, foi incapaz de fazer frente ao seu discurso populista. Nos primeiros meses, Vizcarra aprovou com folga um pacote de medidas, da reforma do Judiciário ao fim da reeleição ao Parlamento e o controle mais rígido dos financiamentos de campanha. A estrada do poder absoluto parecia pavimentada.

Inebriado pela popularidade em alta, em contraposição a uma Assembleia Nacional de maioria fujimorista e amplamente rejeitada, o presidente resolveu, no entanto, testar os limites de sua influência e, em outubro do ano passado, tentou a jogada mais ousada: incitou o Exército a cercar o Congresso ao mesmo tempo que propunha a antecipação das eleições gerais de 2021 para 2020. Em resposta, os deputados aprovaram a suspensão de Vizcarra por 12 meses sob a alegação de "incapacidade moral". O que poderia ter se transformado em uma guerra civil ou em um golpe



Em Lima, apoiadores do presidente deposto enfrentam a tropa de choque



acabou como uma partida de xadrez interrompida sem vencedor. O presidente manteve-se no poder, os militares recolheram-se e o Congresso não foi dissolvido. Por pouco tempo. A partir do confronto, os deputados começaram a estudar a sequência de lances até o xeque-mate.

A desmoralização do lavajatismo, não só no Brasil, abriu o flanco para o contra-ataque do Legislativo. Áudios divulgados pelo The Intercept Brasil, em parceria com o site peruano OjoPúblico, mostram que os procuradores do país vizinho imitaram as técnicas de Deltan Dallagnol e companhia. Entre outras, delatores eram forçados a adaptar declarações ao gosto do Ministério Público. Aconteceu com Martín Belaunde Lossio, marqueteiro de Humala, obrigado a refazer o depoimento sobre uma doação legal equivalente a 400 mil dólares da Odebrecht à campanha do ex-presidente. “O que o senhor

vai nos dizer precisa ter concordância com a tese da promotoria”, determinou o procurador David Castillo. Nas gravações, o marqueteiro e seus advogados mostraram-se dispostos a adequar-se em troca de um acordo vantajoso de delação premiada. “Se for útil ao senhor, nós incluímos. Se não for, é como se não existisse”, propôe Lossio a Elmer Chirre, outro promotor.

Nesse meio-tempo, o Congresso recupôs-se e o presidente teve de se dividir entre o combate à pandemia do

Apoiado no discurso contra a corrupção, o presidente foi acusado de receber propina

coronavírus e a queda de braço política. Em julho último, o Congresso modificou uma proposta do governo e incluiu o presidente e os ministros, poupadinhos no projeto original, entre as autoridades que perderiam a imunidade. Dois meses depois, os deputados tentaram derrubar Vizcarra por conta de um suposto recebimento de propina em 2014, quando era governador de Moquegua, mas não obtiveram o número de votos suficientes. Tragédia ou comédia, Vizcarra tornou-se vítima do lavajatismo que ele próprio insuflou com um discurso moralista: as acusações de ter embolsado subornos equivalentes a 3,4 milhões de reais lastreiam-se em delações premiadas em fase de negociação e sem provas substanciais. Os parlamentares não desistiram. Na noite da segunda-feira 9, o processo de *impeachment* por “incapacidade moral permanente” acabou aprovado por ampla maioria, 105 dos 130 congressistas. Quem conduzirá o país até as eleições de julho do próximo ano, salvo novas reviravoltas, será o presidente da Casa, Manuel Merino, empossado no dia seguinte. “Saio do palácio do governo como entrei há dois anos e oito meses, de cabeça erguida e pronto para enfrentar as investigações”, declarou Vizcarra ao fim do julgamento. “Reafirmo ao povo que saio com a consciência limpa e com o dever cumprido. Esperemos que o Peru siga o caminho do bem, esperemos que o futuro seja melhor e esperançosamente, não em breve, vamos averiguar quais as razões subjacentes à tomada das decisões de hoje.” Os peruanos não estavam tão calmos. Na terça-feira 10, os conflitos se intensificaram nas ruas de Lima. Ao contrário do Congresso, cuja rejeição beira os 60%, o presidente goza de um sólido apoio popular: 75% defendiam sua permanência no cargo. A crise política, de qualquer maneira, está longe do fim. Ou, por outra, costeia o precipício. •